



www.politicaexterna.com.br

R\$ 25,00

Vol. 19 nº 4 Mar/Abr/Mai 2011

# POLÍTICA EXTERNA

## Diplomacia, relações internacionais e jornalismo depois do WikiLeaks

Celso Lafer      Matias Spektor

Pedro Luiz Rodrigues      William Waack

Saraiva Guerreiro  
Ronaldo Sardenberg

Entrevista exclusiva  
Arturo Valenzuela

Acordo para o clima  
Luiz Figueiredo Machado

# WikiLeaks nas Relações Internacionais

Matias Spektor

This piece offers an overview of the key arguments concerning WikiLeaks in international relations. It first discusses the background against which WikiLeaks came to worldwide attention, in particular the debate over the role of secrecy and state-sponsored lies in the conduct of war and peace today. It then weighs arguments pro and against WikiLeaks with the view to highlight the various inconsistencies that recur on both camps. Finally, the article deals with the implications of WikiLeaks for global debates about access to information.

O vazamento de um quarto de milhão de documentos oficiais norte-americanos por meio do website WikiLeaks despertou agitadas paixões. Para uns, trata-se de nova tecnologia a serviço da emancipação política: a revelação dos segredos da grande potência contribuiria para aumentar a transparência, fortalecer a democracia e mitigar a hegemonia americana nas relações internacionais. Para outros, os responsáveis pelos vazamentos seriam não apenas criminosos comuns; sua atuação contribuiria para desestabilizar importantes relações bilaterais, constranger diplomatas em todo o mundo e dificultar ainda mais o já difícil trato entre nações. Nas palavras de um diplomata brasileiro, as revelações "são potencialmente desastrosas de uma forma sistêmica e estrutural" (Almeida, 2011).

A reação americana ilustra o drama por trás da saga WikiLeaks. Além de levar o cidadão americano responsável pelos vazamentos a julgamento, o governo Obama está desenvolvendo argumentação jurídica para processar também Julian Assange, administrador do website. Washington enviou proteção adicional a informantes

identificados na documentação e negociou com jornais de todo o mundo acordos de bloqueio parcial de trechos sensíveis. O governo também pediu a funcionários públicos que não acessem os telegramas vazados e houveram pressões para forçar as empresas prestadoras de serviço ao WikiLeaks de encerrar suas atividades com o website (Amazon, PayPal, Visa, MasterCard e Facebook). Finalmente, tentou-se, em vão, fechar os servidores que lhe servem de apoio.

Este artigo oferece uma apreciação do significado dos vazamentos. Para isso, considera quatro dimensões: os antecedentes que ajudam a explicar o animado embate de ideias em torno a WikiLeaks; os principais argumentos contrários ao trabalho do website (e suas inconsistências); os principais argumentos favoráveis (e suas inconsistências); e as implicações para o debate

Matias Spektor é coordenador do Centro de Relações Internacionais da FGV e professor-pesquisador do CPDoc. É doutor pela Universidade de Oxford e autor de *Kissinger e o Brasil* (2009) e *Azeredo da Silveira: um depoimento* (2010).

contemporâneo sobre acesso à informação nas relações internacionais.

## Antecedentes

O contexto que precedeu aos vazamentos divulgados via WikiLeaks é crucial para compreender como e por quê o tema ganhou tão alto perfil.

Note-se que, do ponto estritamente substancial, o barulho causado pelos vazamentos em muito supera seu significado real. Afinal de contas, em que pese a cor, detalhe e textura granular dos materiais, não há ali revelações chocantes. Aquilo que se aprende lendo os documentos geralmente é do conhecimento dos observadores mais atentos da cena internacional. Uma brevíssima lista de assuntos ilustra o ponto: países árabes do Golfo Pérsico temem qualquer mudança no *status quo* entre Washington e Teerã; Israel já trabalha com o cenário de um Irã nuclearizado; o governo paquistanês é um aliado duvidoso e pouco confiável para os Estados Unidos; o regime aliado afegão é amplamente corrupto; a China não cansa de atacar a liberdade de imprensa; o governo americano mantém, sim, uma conta de mortes de civis no Iraque, contra aquilo que dizem suas autoridades publicamente; as forças da coalizão liderada pelos Estados Unidos no Iraque assassinaram civis e ignoraram sistematicamente relatórios de tortura, estupro e assassinato por parte da polícia iraquiana. Também há pouco de novo no caso do Brasil: em suas relações exteriores, o Brasil fala com mais de uma voz; as ambições internacionais do país estão em franca expansão; e a visão de mundo brasileira tende a chocar-se com a dos Estados Unidos.

Se a relevância dos documentos não reside em sua dimensão real, como se explica a sua proeminência na imprensa in-

ternacional? Sem dúvida parte da resposta está no fascínio geral que o grande público tem pelos segredos de alcova da diplomacia e pelas caracterizações adjetivadas de chefes de Estado. Mas o episódio WikiLeaks encontra raiz em uma dimensão mais profunda e importante da política internacional contemporânea, qual seja o embate acirrado pelo acesso à informação governamental no início do século XXI. Esses são fatores contextuais que explicam a relevância do WikiLeaks. A seguir, notam-se três deles.

Os vazamentos chegaram ao público ao mesmo tempo em que a luta pela memória e legitimidade da intervenção americana no Iraque chegava a seu ponto mais alto. Foi em finais de 2010 que George W. Bush publicou suas memórias, numa tentativa de conter a verdadeira enxurrada de materiais que revelam o uso sistemático da mentira durante todo o processo que levou à guerra iniciada em 2003 (e ainda em andamento). A melhor síntese conceitual do uso da mentira de modo geral e no caso do Iraque em particular talvez seja a obra de John Mearsheimer, *Why Leaders Lie?* (Oxford University Press, 2011), enquanto a principal narrativa histórica detalhada encontra-se em Bob Woodward, *Bush at War* (2002), *Plan of Attack* (2004), *State of Denial* (2006) e *The War Within* (2008). Estes livros relatam com riqueza de detalhes que a argumentação desenvolvida durante o governo de George W. Bush para convencer a opinião pública americana a apoiar a guerra contou, desde o início, com boa dose de desinformação e, como sabemos, produção de falsas evidências oriundas de informações classificadas como ultrassecretas. O material foi manipulado para fixar no mercado de ideias a noção de que Saddam Hussein representaria uma ameaça vital à segurança dos Estados Unidos e seus aliados no Oriente Médio.

Os vazamentos do WikiLeaks comprovam que a mentira foi componente utilizado também durante a condução da guerra, cujos nefastos resultados assolam aquele país, a região como um todo e a legitimidade do poder americano mundo afora (Knickmeyer, 2010). Mais especificamente, revelam com detalhes gráficos o tipo de violação sistemática de direitos humanos que a intervenção americana no Iraque facilitou ou ignorou (Greenwald, 2010). Assim, o WikiLeaks terminou sendo instrumentalizado por aqueles que denunciam o governo Bush. Nessa visão, os vazamentos contribuem para que os Estados Unidos possam um dia restaurar algum sentido de justiça, revertendo o impacto político e moral de uma guerra não justificada na qual morreram centenas de milhares de inocentes. Também serviriam os documentos para desenvolver mecanismos que, no futuro, dificultem o uso da mentira por parte dos governos de plantão. Mas o embate interno nos Estados Unidos é apenas um dos componentes contextuais por trás do tema do WikiLeaks.

Os vazamentos também coincidiram com a proliferação de novas mídias em disputas políticas pelo acesso à informação no Oriente Médio e na Ásia. Em 2009, uma eleição no Irã foi questionada a ponto de levar a choques brutais nas ruas das principais cidades do país. O Twitter foi instrumental àqueles que fomentaram os protestos contra o regime e também foi útil àqueles que saíram às ruas para punir as vozes do dissenso. No mesmo período, o governo chinês realizou ataques sistemáticos contra o Google, mostrando toda sua preocupação com o potencial destabilizador da internet. Mais recentemente, o papel de protestos sociais organizados no âmbito do Facebook foi essencial no aparente desmoronamento do regime governante na Tunísia. Nos três casos vê-se

uma nova geração de cidadãos organizada em boa medida online contra regimes autoritários comandados por uma geração que cresceu sem acesso à internet.

Embora o fenômeno WikiLeaks nada tenha que ver com esses desenvolvimentos, a reação pública deve ser vista no contexto de novos e reforçados argumentos segundo os quais o acesso livre à informação e à internet tem poder de emancipação. Isso cria, naturalmente, um dilema para o governo americano: ao mesmo tempo em que é o maior defensor e promotor da liberdade de expressão na internet, encontra-se agora às voltas com a definição de uma resposta ao WikiLeaks.

O contexto dos vazamentos também encontra elementos relevantes no Brasil. Eles chegaram à grande imprensa brasileira ao mesmo tempo em que engrossa o caldo da batalha pelo acesso aos arquivos do último período ditatorial. Durante a campanha presidencial de 2010, o Supremo Tribunal Militar negou-se a conceder acesso a documentos referentes à passagem da então candidata presidencial Dilma Rousseff pelos porões do regime militar inaugurado em 1964. O gesto contribuiu para a crise que terminou levando ao abandono, por parte de um grupo de acadêmicos, do projeto oficial Memórias Reveladas, cujo mote é "Para que nunca se esqueça; para que nunca mais aconteça". O embate acirrou-se com a decisão do novo governo de transferir o Arquivo Nacional da estrutura da Casa Civil da Presidência da República para o Ministério da Justiça. Os vazamentos da documentação americana também chegaram no momento em que o Brasil define novas regras para o acesso a arquivos oficiais. Curiosamente, a legislação referente ao tema experimentou importantes retrocessos sob a batuta de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva – dois presidentes democraticamente eleitos que fizeram



suas carreiras a despeito da oposição de um regime ilegítimo e autoritário.

## Contra WikiLeaks

Esta seção discute, de forma sintética, alguns dos principais argumentos contra o trabalho do WikiLeaks que circularam pela internet e na imprensa escrita durante os últimos meses.

### WikiLeaks viola a lei

Não há dúvidas de que o oficial americano que gravou os milhares de documentos num CD e repassou para o WikiLeaks infringiu a lei americana. Ele está sendo processado por isso e é plausível acreditar que pagará caro pelo seu comportamento. Entretanto, o caso legal contra o WikiLeaks tem sido mais dúbio e difícil. Parte do problema reside na legislação americana: para muitos, qualquer argumentação irá esbarrar na Primeira Ementa Constitucional ou no fato de Julian Assange ser estrangeiro e não poder ser extraditado para os Estados Unidos. Parte do problema tem a ver com os vastos precedentes nos Estados Unidos do uso de vazamentos sem maiores consequências legais. Na lista de best sellers encontram-se obras celebradas de autores que, como Bob Woodward, Thomas Friedman ou David Sanger, utilizam vazamentos de forma sistemática para contar fascinantes narrativas sobre a intimidade do poder em Washington. Eles não apenas conduzem suas atividades impunemente, como são premiados e regamente remunerados por seu trabalho. Esses autores têm acesso a documentos oficiais vazados e, por vezes, os publicam na íntegra, nos anexos de suas obras. Da mesma forma, quando grandes jornais americanos recebem vazamentos de uma fonte não hesitam em di-

vulgá-los com grande fanfarra e impunidade. Assim, qual seria a base legal para condenar o WikiLeaks? Argumentos tais como o volume de documentos envolvidos ou o fato de o WikiLeaks ser posse de um estrangeiro não tendem a ser sustentáveis. E possivelmente darão munição àqueles que enxergam nas acusações ao WikiLeaks uma hipocrisia fundamental: a divulgação de documentos vazados é legítima sempre e quando for realizada por porta-vozes do *establishment* (Walt, 2010 e Goldsmith, 2010).

### WikiLeaks mina as bases da diplomacia americana

A exposição de conversas secretas ou sigilosas mina a relação entre as nações, porque limita a disposição de terceiros países de compartilharem informações sensíveis com os Estados Unidos, a principal potência do mundo contemporâneo. "Após WikiLeaks, poderá levar algum tempo antes de que as lideranças do mundo tenham vontade de compartilhar suas visões com oficiais americanos. Isto seria uma grande perda" (Markey, 2010). De fato, as caracterizações pouco auspiciosas de alguns líderes de potências aliadas gerou profundo constrangimento à diplomacia americana. "Parcerias diplomáticas efetivas requerem comunicação livre e confiança. WikiLeaks mina ambas" (Campbell, 2010). Na versão mais forte deste argumento, da pena de um diplomata brasileiro, "ninguém mais, em qualquer outro país ou entidade internacional, vai querer simplesmente falar com os diplomatas americanos (mas o mesmo vale para qualquer outro diálogo de qualquer outro país, em circunstâncias similares de 'intercâmbio informal de opiniões')" (Almeida, 2011).

Para alguns, muitos diplomatas americanos hesitarão ainda mais em redigir te-

legramas honestos sobre aquilo que interpretam em seus respectivos postos. A linguagem cautelosa e pré-censurada provavelmente levará a telegramas menos úteis para antever as intenções de amigos e inimigos ou na hora de prever crises internacionais. "Telegramas serão desnudados de qualquer coisa controversa (e possivelmente importante) antes de serem despachados" (Danin, 2010); ou "A exposição dos telegramas secretos da política externa americana para o público é um constrangimento que fará do trabalho de dedicados profissionais do serviço exterior uma tarefa mais difícil" (Snyder, 2010). De fato, a evidência anedótica publicada amplamente pelos jornais sugere haver informantes regulares do governo americano que suspenderam seus contatos desde os primeiros vazamentos.

Some-se a isto o fato de que, em negociações complexas, o segredo e o sigilo são cruciais para criar um ambiente favorável a concessões de lado a lado. O argumento está amparado pela evidência no caso da liderança palestina, a qual, nos últimos anos, fez grandes concessões a Israel que seriam simplesmente impossíveis se fossem conduzidas sob escrutínio público. Assim, o WikiLeaks teria contribuído para produzir um clima mais acirrado de negociação mundo afora. Para os defensores deste ponto de vista, radicais em Teerã e grupos como Hamas e Hezbolá poderão utilizar os vazamentos para limitar ainda mais o espaço que seus líderes políticos têm para fazer acordos com Washington (Abrams, 2010).

É importante, contudo, apontar as limitações de ambos os pontos aqui citados. Oficiais de governo de todo o mundo tendem a conhecer bem as vicissitudes da comunicação entre países. O uso parcial de informações e o uso estratégico de vazamentos são moeda corrente. Esse conhecimento tende a ser levado em conta

cada vez que um oficial encontra seu par estrangeiro para conversas ou negociações. Da mesma maneira, os comentários de diplomatas americanos a respeito de seus pares no estrangeiro não é diferente do comentário destes últimos a respeito dos primeiros. O uso de caricaturas, exageros ou atenção excessiva às características pessoais povoam o mundo da diplomacia tanto quanto o fazem no mundo da vida privada.

Também é fundamental ressaltar um ponto comum a todas as chancelarias. Quando um diplomata redige um documento sigiloso ou secreto, nunca se trata apenas de uma apreciação da conjuntura internacional. Qualquer oficial que assina a documentação sabe estar participando de embates mais ou menos intensos no seio da sua burocracia nacional. A documentação diplomática nunca flutua desconexa das brigas por ideias, conceitos e pessoas que movem todo serviço diplomático. Um arquivo diplomático não tem apenas o objetivo de preservar o registro do intercâmbio entre países. Também cumpre a função de preservar politicamente aqueles que redigem os telegramas de reviravoltas políticas no futuro. Assim, o incentivo estrutural para diplomatas em todo o mundo é guardar o bom registro de suas gestões, sempre numa luz relativamente positiva de sua própria *performance*. Assim, mesmo em situações de sigilo, a autocensura e a redação estratégica de telegramas é a norma no sistema entre Estados. Embora o WikiLeaks possa levar muitos a tomarem cautela redobrada durante algum tempo, isto possivelmente não representa nada de muito distinto do que acontece com regularidade. É sempre importante lembrar aquelas vozes errôneas que, na década de 1970, vaticinavam que a máquina fotocopadora representaria o fim da diplomacia tradicional, tendo em vista que a partir daquele momento

seria muito mais difícil guardar segredos. Nem fotocópias nem scanners transformaram a lógica das relações internacionais. É plausível extrapolar o argumento para o WikiLeaks também.

Finalmente, em que pesem todos os danos causados pelos vazamentos a processos de negociação em curso, nada indica que o abalo tenha sido sísmico. Ao contrário, há vasta evidência anedótica de que os principais relacionamentos dos Estados Unidos continuam seguindo o padrão de *business as usual*. A assertiva do secretário americano de Defesa, Robert Gates, é crível: "Os governos do mundo lidam com os Estados Unidos porque é de seu interesse, não porque gostam de nós, confiam em nós ou porque acreditam que podemos guardar segredos... Eles continuarão trabalhando conosco. Nós continuaremos compartilhando informações sensíveis. Isto é embaraçoso? Sim. Isto é constrangedor? Sim. Quais as consequências para a política externa americana? Acho que bastante modestas" (Gates, 2010).

### WikiLeaks afetará o trabalho de historiadores

Este argumento sugere que a recente inundação de telegramas terá o efeito de restringir acesso a documentos do governo americano. Em vez de produzir um ambiente mais aberto, o resultado será o progressivo cerceamento das leis existentes de acesso a informações. Assim, o WikiLeaks produzirá "um possível limbo para os futuros historiadores e pesquisadores, que amargarão terríveis consequências das eventuais 'delícias' do presente" (Almeida, 2011).

Não pode haver dúvida de que os vazamentos geraram boa dose de constrangimento à diplomacia americana e à de terceiros países, dentre eles o Brasil. Também complicaram a circulação de informações

sensíveis entre diplomatas, gerando autocensura, mais silêncio e aumentando o *premium* que a diplomacia americana deve pagar para ter acesso privilegiado a dados secretos. Novas camadas de segredo poderão ser acrescentadas a um processo que já é por natureza escuro.

Mas ainda é cedo para saber qual será o impacto do WikiLeaks. Vale lembrar que a década de 2000 assistiu ao retrocesso das leis de acesso a informações nos Estados Unidos, provocando uma crise profunda no National Archives e no escritório do historiador oficial do Departamento de Estado (Kimball, Whiteside, Spector, 2009). A causa não foram vazamentos de informações sensíveis, e sim a reação do governo Bush aos ataques terroristas de 2001. Também é bom lembrar que, apesar de todas as restrições de acesso à informação que dificultam o trabalho nos arquivos oficiais americanos, o governo dos Estados Unidos tem uma das legislações mais favoráveis ao trabalho dos historiadores, garantindo acesso, suporte e apoio técnico que simplesmente não se encontra em outros lugares. O WikiLeaks dificilmente transformará essa realidade.

Há ainda três poderosos argumentos contrários à ideia de que o WikiLeaks ameaça historiadores do futuro.

Primeiro, o episódio dos vazamentos abriu as portas para um necessário debate renovado nas principais associações profissionais sobre o tema do acesso a informações diplomáticas. National Security Archives, a Society for Historians of American Foreign Relations e a American Political Science Association agora debatem acaloradamente o impacto das novas mídias sobre o trabalho acadêmico com documentação oficial. Isso espelha as discussões correntes em grandes jornais, como é o caso do *New York Times* e do *Washington Post*. Sem saber quais serão as conclusões tiradas em cada uma dessas instâncias, a

atitude mais cautelosa hoje é a de reconhecer a possibilidade de que, quiçá, o WikiLeaks tenha o efeito não esperado de reabrir a discussão sobre a melhor legislação. As chances de que isso produza um mundo mais amigável ao trabalho de investigação histórica no futuro são, acredito, maiores que a possibilidade disso gerar maior fechamento.

Segundo, pelo menos até agora não há evidência de que os vazamentos tenham transformado o sistema de classificações (embora já tenham transformado o sistema de segurança de arquivos oficiais). Tampouco há evidência de que a legislação será modificada no sentido de aumentar a classificação e tirar de perto historiadores e pesquisadores. Nem sequer há indicações de que parte do material sensível deixará de encontrar seu lugar nos arquivos existentes.

Terceiro, é bem verdade de que vazamentos amplos tendem a restringir o círculo daqueles que tomam decisões cruciais. Quando os papéis do Pentágono foram vazados na década de 1970, a reação do presidente Richard Nixon e de seu assessor diplomático Henry Kissinger foi reduzir seu círculo de confiança ainda mais e montar uma operação diplomática assentada no segredo e no envio de sinais contraditórios tanto para aliados quanto para inimigos. A preocupação à época foi tamanha que Kissinger chegou a plantar documentos contraditórios no próprio arquivo diplomático americano. Entretanto, é curioso notar que isso de nenhuma maneira piorou o acesso de historiadores à rica narrativa do período. Ao contrário, aquela época oferece uma verdadeira pluralidade de arquivos que enriquece sobremaneira a tarefa do historiador. O fato de que tanto Nixon quanto Kissinger perderam na justiça americana a possibilidade de manter documentos oficiais sob guarda pessoal ou mesmo condicionar sua des-

classificação somente aumentou o acesso daqueles que, agora, podem contar aquela história em minúcia.

### WikiLeaks põe em risco vida de informantes

Este talvez seja o principal argumento contra o trabalho do website. Ainda não é claro que a vida de informantes esteja em risco ou tenha sido ameaçada como consequência dos vazamentos, mas o governo dos Estados Unidos adiantou-se e ofereceu proteção a alguns deles. Nesta perspectiva, qualquer argumentação sobre o suposto efeito democratizante do WikiLeaks perde efeito ao entrar em choque com o valor da proteção da vida daqueles que se arriscam para colaborar com os Estados Unidos.

### WikiLeaks representa um risco porque não segue procedimentos formais, dependendo dos caprichos de seus donos

O WikiLeaks não é uma instância formal de organização e desclassificação de documentos oficiais. Não segue nem regras claras nem princípios assentados no tempo, como é o caso da série Foreign Relations of the United States do historiador oficial do Departamento de Estado, ou do uso do Freedom of Information Act por parte da ONG National Security Archives. Dessa forma, no caso do WikiLeaks nem um governo eleito pelo povo nem uma rede sofisticada de historiadores profissionais amparados pela lei terminam definindo quais informações podem ser acessadas pelo grande público. A falta de *accountability* do site representa, talvez, uma de suas maiores fraquezas e deve servir de alerta para aqueles que acreditam ser o seu serviço algo que veio para ficar. Como sabe a maioria dos historiadores, instituições

que albergam documentos, mas não conseguem avançar em direção à formalização de seus procedimentos, tendem a ter vida curta e utilidade limitada. Mesmo que o WikiLeaks continue fomentando vazamentos durante os próximos anos, seu modelo de gestão personalista pode transformar-se em sua maior fraqueza.

## A favor de WikiLeaks

### WikiLeaks pode alargar o debate público

Esta linha de raciocínio tem longo *pedigree* nos debates conceituais sobre política internacional contemporânea. Na origem, bebe da literatura sobre novos modos de governança global, que tendem a apontar o caráter poroso do Estado nacional e a defender, do ponto de vista normativo, a proliferação de instâncias paraestatais na resolução de conflitos públicos.

A lógica, aplicada ao WikiLeaks, sugere tratar-se de um fenômeno cada vez mais comum: redes autônomas e autorreguladas promovidas por ativistas sociais cujo objetivo é ressaltar a importância de determinados temas ou aspectos da política internacional. Seu alvo seria denunciar um ou outro aspecto da política dos Estados a fim de cercar oficiais governamentais e impedir-lhes a atuação impune sob o véu do segredo e da confidencialidade.

Aqui é importante não confundir essa série de argumentos com os anseios wilsonianos de limitar o espaço para a chamada "diplomacia de gabinete", no início do século XX, em favor de acordos negociados abertamente. Embora o pensamento de Wilson estivesse assentado sobre a premissa segundo a qual o escrutínio público produz acordos mais equitativos e duráveis, a intenção ali foi sempre a de manter

as rédeas do Estado firmemente no comando. Na vertente típica dos WikiLeaks, o objetivo é, ao contrário, contribuir para um padrão de ordem global no qual atores não estatais cumpram funções relevantes.

Este tipo de argumentação ganhou adesões maciças depois que o governo americano mobilizou toda sorte de argumento para trazer Julian Assange para a Justiça (o que ainda não ocorreu), transformando-o em herói dos diversos movimentos libertários que proliferam nos Estados Unidos e na Europa.

Entretanto, eventos recentes revelam quão estreitos são os limites à ambição de transformar as novas tecnologias e redes sociais em fontes de "ciberlaboratórios da política internacional". Parte do raciocínio se desenvolve em referência ao impacto do Twitter no Irã: instrumento amplamente utilizado para denunciar os abusos eleitorais do regime nas eleições de junho de 2009, também transformou-se em arma a serviço do regime para caçar e punir jovens opositores. Assim, a tecnologia mostrou sua dupla face; mas encheu de energia e esperança parcela da população iraniana, cujos protestos de Teerã seriam analogia àqueles ocorridos na Europa Oriental em 1989, pondo um fim ao império soviético.

Mas o ambiente de celebração tecnológica mudou rapidamente para um de medo e desespero, quando ficou claro que a resposta do regime iraniano precisava ser vista como espelho de outro grande evento de 1989, qual seja a brutal repressão do governo chinês aos protestos da Praça da Paz Celestial de Pequim. Os paramilitares iranianos do Basij utilizaram o Twitter para prender e matar vozes opostas ao regime. Além de espalhar o terror, as redes sociais podem divulgar rumores e avançar a causa da propaganda oficial. A lição básica aqui é que o uso das novas tecnologias dependerá das intenções daqueles que as utilizam.

Da mesma sorte, o exemplo iraniano revela que a sociedade civil global e governos internacionais mantiveram sua atenção nas ruas de Teerã em tempo real apenas durante os dias em que a crise durou. Findo o processo bem-sucedido de repressão por parte do regime governante, o surto de atenção foi suspenso, voltando-se uma vez mais aos padrões regulares de tratamento da questão iraniana nas principais capitais do mundo.

Desta forma, qualquer apreciação sóbria do WikiLeaks deve levar em conta a possibilidade real — e nefasta — de que a lógica das consequências vá em direção oposta àquela abraçada por seus principais defensores. Ou seja, é mister levar em conta que o website, apesar das intenções na origem, possa limitar o debate público (radicalizando aqueles que, se contassem com o véu do segredo, poderiam advogar em prol da moderação), desmobilizar redes políticas (dando força renovada ao ímpeto repressivo de regimes autoritários), e promover formas de governo menos democráticas e transparentes (radicalizando o controle social de informações oficiais).

### WikiLeaks revela sujo processo decisório

É inegável que WikiLeaks teve um efeito educativo ao informar o público sobre aspectos importantes da política externa americana, especialmente no que tange à guerra no Iraque. Entretanto, esse efeito foi extremamente limitado.

Os documentos vazados têm dois problemas fundamentais. Primeiro, trata-se de uma coleção incompleta que tende a mostrar o tráfego dos relatos dos postos diplomáticos americanos no mundo, mas não as instruções de Washington aos postos, nem a ciranda de debates internos sobre cada uma das apreciações feitas "em

campo". Segundo, os vazamentos dizem respeito apenas a documentos do Departamento de Estado. Ocorre que o sistema político norte-americano é pulverizado e, em boa parte das iniciativas internacionais, o Departamento de Estado é apenas uma dentre as muitas vozes relevantes. Mais que isso, talvez na maioria das vezes, o Departamento de Estado nem sequer seja a voz mais importante quando comparada ao gabinete do presidente, à assessoria de Segurança Nacional, ao Pentágono, ao Departamento do Tesouro ou à Comissão de Relações Exteriores do Senado. O ponto básico é que, do ponto de vista de um historiador profissional, os documentos vazados pelo site WikiLeaks dizem muito pouco sobre as motivações da política exterior americana. Dizem pouco também sobre as motivações de terceiros países. Para autores que buscam expor a sujeira inerente à hegemonia nas relações internacionais, o site não é uma resposta útil ou prática.

### Quais lições?

A resposta inicial dos Estados Unidos tem sido contraproducente. A tentativa governamental de negar acesso ao site levou à construção de sites "espelho" que se multiplicaram em mais de 700 servidores. Da mesma forma, as acusações de que o WikiLeaks equivaleria a uma forma de terrorismo arrisca criar precedentes legais que podem minar o esforço americano contra o terror e implodir a política americana de promoção da liberdade de expressão e de acesso a informações governamentais — esforço valioso num mundo em que regimes autoritários ou semiautoritários como China e Rússia ganham poder, prestígio e influência.

Em boa medida, salvo a tragédia pessoal daqueles cujos nomes apareceram nas páginas publicadas, a crise em volta ao

WikiLeaks é muito barulho por muito pouco. A lógica da política internacional permanece incólume.

Assim, governos sofisticados no século XXI deviam abandonar a postura estéril de resistir ou opor-se veementemente ao mundo dos vazamentos online. Esse mundo está aqui para ficar. Mesmo que o WikiLeaks seja varrido do mapa, o Cryptome já aumenta suas operações e há outras pequenas empresas que prometem dar vida longa a vazamentos de informações sigilosas públicas e privadas em tempo real.

Será mais inteligente adaptar as legislações existentes e aprender as melhores práticas do que encastelar-se na ilusão de que a documentação diplomática possa ser impermeável à transformação tecnológica. Uma abordagem cegamente restritiva não vai funcionar. Ao contrário, aumentará o incentivo para novos e potencialmente perigosos vazamentos. Não é impossível regular a circulação de informações sigilosas na internet. Basta olhar para normas nacionais e internacionais relativamente eficazes na luta contra a disponibilização online de pornografia infantil, técnicas de construção de bombas ou a violação de direitos autorais. A resposta passa, talvez, por amplas doses de cooperação interna-

cional na definição de regras e instituições de controle.

Os vazamentos recentes também trazem uma mensagem sóbria a respeito do papel da diplomacia no século XXI. Desmentindo argumentos apressados segundo os quais as novas tecnologias tornariam a diplomacia e a rede de embaixadas menos relevantes para a condução da política entre as nações, o material agora disponível para consulta online revela quão crucial é o papel da apreciação daqueles que estão "em campo". A tecnologia ainda não conseguiu transformar o modelo gerencial de postos diplomáticos desenvolvido há mais de seiscentos anos.

Longe da área de impacto direta dos vazamentos do WikiLeaks, o Brasil devia ponderar com atenção as suas implicações. Conforme apontado aqui, nossa legislação viveu retrocessos significativos nos últimos dez anos. Esta talvez seja uma boa hora para voltar à mesa e discutir uma vez mais como desenvolver um sistema transparente, justo e responsável de desclassificação sistemática de documentos oficiais. Há poucas coisas mais importantes do que assegurar a sobrevivência de uma democracia que, apesar de vibrante e promissora, ainda é muito jovem.

nível em: <http://www.fas.org/sgp/advisory/state/horview.pdf>.

Knickmeyer, Ellen, 2010. "WikiLeaks exposes Rumsfeld's Lies", *The Daily Beast*, 25/10/2010.

Markey, Daniel, 2010. "Will WikiLeaks Hobble US Diplomacy?", *CFR* online, acessado em 15/12/2010.

Snyder, Scott A, 2010. "Will WikiLeaks Hobble US Diplomacy?", *CFR* online, acessado em 15/12/2010.

Walt, Steven, 2010. "In Defence of WikiLeaks", *Foreign Policy* online, acessado em 25/10/2010.

## Bibliografia

Abrams, Elliot, "Dictators, Democracies, and WikiLeaks", *Wall Street Journal*, 19/12/2010.

Almeida, Paulo Roberto, 2011. "WikiLeaks: verso e reverse", *Mundorama*, 14/01/2011.

Campbell, John, 2010. "Will WikiLeaks Hobble US Diplomacy?", *CFR* online, acessado 15/12/2010.

Danin, Robert, 2010. "Will WikiLeaks Hobble US Diplomacy?", *CFR* online, acessado 15/12/2010.

Gates, Robert, 2010. "Remarks to the press". Pentagon, 29/11/2010. Disponível em *Small Wars Journal* online.

Greenwald, Gregg, 2010. "NYT vs. the World: WikiLeaks Coverage", *Salon.com*, 25/10/2010.

Goldsmith, Jack, 2010. Vários posts, *Lawfare Blog*, acessado entre 5 e 20/01/2010.

Kimball, Warren, Whiteside, Ruth, Spector, Ron, 2009, "Report to the Secretary of State", 13/01/2009. Dispo-